



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

ATA DE REUNIÃO

Data :	05/04/2024	Local : Videoconferência (Aplicativo Zoom)
PROAD:	CNJ	Reunião conduzida por: Priscila Lopes da Silveira
Horário :	15 Horas	

Participantes:

Dra. Priscila Lopes da Silveira – Juíza de Direito e Presidente desta Comissão;
Dra. Denise Gondim de Mendonça – Juíza de Direito de Araçu;
Dr. Heron José Castro – Juiz do Juizado Especial Cível e Criminal de Formosa;
Dr. Clauber Costa Abreu, Juiz de Direito da Comarca de Goiânia;
Angelita de Fátima Ferreira da Cruz Mariath – Assessora de Juiz de Direito, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão;
Dayane Monteiro de Sousa Fernandes – Analista Judiciário, Central Única de Contadores
Vinícius Pereira Diniz Melo – servidor e tradutor em libras, 2ª Vara Cível Santo Antônio do Descoberto;
Regina, representado Diretora Cybelle Saad Sabino de Freitas Faria – Diretoria de Engenharia e Arquitetura.
Marcela Ibiapino – Assistente do NURSA, representando Raquel Magalhães Antonini, Secretária de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão do NURSA.

Objetivo: Discutir temas das palestras do ciclo de Palestras Todos por Todos e a capacitação em Libras (Resolução CNJ 401/2021) e aprovar o calendário de reuniões.

Registro dos apontamentos

1. Dra. Priscila comenta sobre caminhada a ser realizada em 06 de abril de 2024 como evento de conscientização acerca do autismo.
2. Discussão sobre o calendário de eventos relativos à temática de acessibilidade e sobre os possíveis convidados para serem palestrantes.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

3. Dra. Priscila ressalta a importância de que sejam convidados palestrantes para ciclo de palestras Todos por Todos que possam contribuir para a sensibilização e conscientização acerca de hábitos atitudinais que precisam ser melhorados pela sociedade como um todo.
4. Dr. Clauber acrescenta que os canais de comunicação do TJ/GO precisam ser aprimorados também no sentido de maior divulgação de decisões favoráveis a pessoas com deficiência. Ele ressalta que deve ser criada uma cultura de decisões e julgados favoráveis à inclusão de pessoas com deficiência.
5. Vinícius Pereira Diniz Melo informa sobre as turmas de capacitação em Libras. Houve dinâmicas e simulações de atendimento ao público. Ele informa houve feedbacks positivos, porém relata que alunos sugeriram que as aulas aconteçam mais espaçadamente entre si para que tenham tempo de estudar o conteúdo lecionado. Vinícius concorda e sugere que o curso tenha duas aulas por semana.
6. Dra. Priscila Lopes da Silveira e Dr. Clauber Costa Abreu concordam com Vinícius Pereira Diniz Melo. Os três discutem diferentes formatos para o curso.
7. Vinícius Pereira Diniz Melo ainda lembra da importância da obrigatoriedade da câmera ligada, já que o curso é online. Entretanto, coloca que isso pode afastar alunos, tendo em vista que nas últimas turmas, poucos alunos mantiveram suas câmeras ligadas.
8. Dr. Heron José Castro sugere o credenciamento desse curso na Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).
9. Dra. Priscila Lopes da Silveira informa que, em razão da conclusão de seu mestrado, ficará em compensação (afastada) por um período. Ela pergunta se algum dos membros tem disponibilidade para dirigir a Comissão durante esse período.
10. Dr. Clauber Costa Abreu concorda com o cadastro do curso de capacitação de Libras na Enfam. Ele pede que Dra. Priscila que apresente a pauta da inclusão do curso de formação de magistrados em Libras à Enfam e se disponibiliza a dirigir a Comissão a partir do mês de maio de 2024.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

11. Dra. Priscila Lopes da Silveira concorda e se compromete a discutir com a Enfam sobre a inclusão do curso de capacitação em Libras e a sugerir o curso do TJ/GO como modelo.
12. Vinícius Pereira Diniz Melo sugere que o curso de capacitação em Libras seja estendido para servidores além dos magistrados. Ele ressalta a importância de cada Comarca ter um servidor capacitado em Libras para atendimento ao público.
13. Dr. Claubert Costa Abreu responde que o TJ/GO pode fomentar junto à EJUG a oferta do curso obrigatório de capacitação em Libras para servidores.
14. Dra. Priscila Lopes da Silveira concorda.

Deliberações

1. O primeiro ciclo de palestras do evento Todos por Todos será sobre o autismo.
2. Entrar em contato com Dr. Alexandre Moraes da Rosa para convidá-lo para ser palestrante no ciclo de palestras Todos por Todos sobre o autismo.
3. Requerer aos responsáveis a maior divulgação de decisões jurídicas favoráveis a pessoas com deficiência.
4. Entrar em contato com a EJUG para decisão acerca das datas dos eventos e das capacitações relativas à acessibilidade.
5. Modificar o formato do curso de capacitação em Libras de dias corridos para dois dias por semana. Na próxima oferta do curso, devem ser abertas duas turmas por semana (uma nas terças e quintas-feiras e outra nas quartas e sextas-feiras).
6. Tomar providências para o cadastro do curso de capacitação de Libras do TJ/GO junto à Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).
7. A aprovação do calendário de eventos de acessibilidade será tratada próxima reunião.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Eu, Marcela Ibiapino Martins, lavro a presente ata, que lida e achada conforme segue assinada por todos os presentes.

REGISTRO FOTOGRÁFICO:

